

Polícia Civil detalha andamento das investigações em Capitólio

Sex 14 janeiro

A [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#) divulgou, nesta sexta-feira (14/1), durante entrevista coletiva em Belo Horizonte, as ações que estão sendo tomadas até o momento para a investigação dos fatos que provocaram a morte de dez pessoas em Capitólio, no Sudoeste do estado. Os ocupantes de uma lancha de turismo morreram após a queda de uma placa rochosa em um dos cânions da região, no último sábado (8/1).

O delegado regional em Passos, Marcos Pimenta, responsável pelo inquérito policial, detalhou que já foram ouvidas 17 pessoas no curso das investigações, incluindo vítimas que tiveram ferimentos leves, residentes no Rio de Janeiro, e que contribuem para as apurações como testemunhas do acidente. “Hoje pela manhã, em Belo Horizonte, também colhemos depoimentos de três pessoas de uma mesma família. É um trabalho que requer muita calma e serenidade, para, ao final do inquérito, apresentarmos o melhor resultado à sociedade”, destacou.

Paralelamente, equipes de peritos criminais da PCMG continuam atuando, nesta sexta-feira (14/1), no local do acidente para colher informações para o laudo pericial que irá subsidiar as investigações. Especialistas em geologia, os policiais foram deslocados de diferentes regiões do estado e trabalham, desde essa quinta-feira (13/1), em todo o trecho do cânion onde ocorreu o acidente.

Polícia científica

Marcos Pimenta ressaltou que a PCMG atua com base nos conhecimentos científicos para esclarecer todos os fatos. “Não estamos poupando nenhum esforço. Nosso foco não é procurar culpados, e sim encontrar respostas para, assim, apresentar um inquérito policial robusto que poderá, inclusive, servir de parâmetro para que outras tragédias como essa sejam evitadas futuramente”, afirmou. “O que já sabemos é que essas placas rochosas têm uma tendência natural a se desprenderem. Então cabe à Polícia Civil apurar se houve alguma ação de terceiros para acelerar esse processo natural”, completou.

Entre os fatores externos que a Polícia Civil avalia, o delegado citou, por exemplo, a ação das chuvas, a proximidade com a rodovia limítrofe aos cânions e outras interferências, como construções urbanas. “Mas repito: isso só poderemos dizer ao final das investigações. Se houver uma entidade ou indivíduo que, de alguma forma, tiver contribuído para a aceleração da queda dessa placa, com certeza será responsabilizado criminalmente”, assinalou.

Ainda segundo o delegado, a PCMG está em contato com diversos especialistas em geologia em todo o Brasil, que auxiliam no estudo do que pode ter ocorrido no dia do acidente. “Se preciso for, podemos até pedir outros laudos complementares, como uma avaliação sismológica. Mas tudo isso vai depender da análise que os nossos peritos estão realizando neste momento”, informou.

Fiscalização

Sobre as responsabilidades de fiscalização e regulamentação da atividade de turismo na região conhecida como “Mar de Minas”, o delegado também observou a necessidade de cautela. “A Marinha do Brasil tem nos apoiado de maneira muito importante. Seus profissionais estavam envolvidos quando do resgate dos corpos das vítimas, junto ao Corpo de Bombeiros, e também não poupam esforços”, afirmou Marcos Pimenta ao pontuar que a conclusão das investigações poderá apontar ou não possíveis omissões.

Da mesma forma, empresas de turismo e a administração local contribuem para as apurações. “A Polícia Civil já ouviu os prefeitos de Capitólio e São José da Barra, além de proprietários de lanchas. Alguns destes, inclusive, já estão nos repassando a documentação para averiguação da regularidade dos negócios. De qualquer forma, vamos nos focar no nexo de causa e consequência do acidente, que é o que interessa para a investigação”, disse o delegado. “Claro que essas análises contribuirão também para as autoridades competentes avaliarem formas mais seguras de regulamentar e acompanhar os empreendimentos dessa natureza”, acrescentou.

Identificações

Marcos Pimenta destacou, ainda, o trabalho rápido da Polícia Civil, com apoio da Polícia Federal, na identificação das vítimas fatais da tragédia. Em menos de 40 horas, todos os dez corpos foram identificados e liberados às famílias. O procedimento contou com o esforço conjunto de profissionais do Instituto de Identificação da PCMG, que realizaram as identificações por meio do estudo das impressões digitais, e do Instituto Médico Legal Dr. André Roquette (IMLAR), que elabora os laudos de necropsia.

Além disso, desde a primeira notícia do acidente, a PCMG provê assistência integral aos familiares das vítimas. “Tivemos todo o cuidado de montarmos um grupo de apoio a essas pessoas, até que pudessem estar a par do nosso trabalho antes mesmo que fossem noticiados”, enfatizou Pimenta.

As investigações seguem em andamento e ainda não há prazo definido para conclusão.